



Ednair Rodrigues do Nascimento¹

Laura Nisinga Cabral²

Adnilson de Almeida Silva³

Reflexões acerca do patrimônio cultural, paisagem e populações tradicionais sob uma perspectiva arqueológica: A comunidade ribeirinha do Teotônio, Rondônia

RESUMO

Este estudo discute as relações entre o considerado patrimônio cultural e a comunidade ribeirinha do Teotônio, cuja paisagem foi profundamente alterada pela implantação da hidrelétrica de Santo Antônio no Rio Madeira, causando conflitos sociais. A análise se deu a partir de três projetos que foram executados na comunidade do Teotônio entre os anos de 2009 e 2016, voltados à preservação e à valorização do patrimônio cultural e arqueológico. Dessa forma, esta análise traz elementos da história mais antiga, contada a partir dos estudos arqueológicos, e da realidade dos moradores locais, que dão diferentes significados aos lugares e à paisagem. Entretanto, os autores levantam uma reflexão sobre o quanto esses estudos realizados em comunidades tradicionais, sob a ótica da arqueologia, podem amenizar os impactos causados à memória e à percepção de paisagem dessas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Comunidade tradicional; Rio Madeira.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Porto Velho-RO. Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2119-4460>.

E-mail: ednair.nascimento@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Porto Velho-RO. Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9215-9574>.

E-mail: laura.nisinga@gmail.com.

³ Doutor em Geografia e professor associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Porto Velho-RO. Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2555-0861>.

E-mail: adnilson@unir.br.

Reflection on the cultural heritage, landscape, and traditional populations on an archaeological perspective: The riverside community of Teotonio, Rondonia

ABSTRACT

This study discusses the relationships between what is considered cultural heritage and the riverside community of Teotonio, whose landscape was profoundly altered by the implementation of the Santo Antônio hydroelectric plant on the Madeira River, causing social conflicts. The analysis was based on three projects that were carried out in the Teotonio community between 2009 and 2016, aimed at preserving and enhancing cultural and archaeological heritage. Thus, this analysis brings elements of the oldest history, told from archaeological studies, and the reality of local residents, who give different meanings to places and the landscape. However, the authors bring a reflection on how much these studies carried out in traditional communities, from the perspective of archeology, can mitigate the impacts caused to the memory and perception of landscape of these populations.

KEYWORDS: Cultural heritage; Traditional Community; Madeira River.

Reflexiones sobre el patrimonio cultural, el paisaje y las poblaciones tradicionales desde una perspectiva arqueológica: La comunidad ribereña de Teotônio, en Rondônia

RESUMEN

Este estudio discutió las relaciones entre lo que se considera patrimonio cultural y la comunidad ribereña de Teotônio (Brasil), cuyo paisaje fue profundamente alterado por la implementación de la central hidroeléctrica de Santo Antônio en el río Madeira provocando conflictos sociales. El análisis se basó en tres proyectos que se llevaron a cabo en la comunidad de Teotônio entre 2009 y 2016 con el objetivo de preservar y valorizar el patrimonio cultural y arqueológico. Este análisis trajo elementos de la historia más antigua, contada a partir de estudios arqueológicos, y de la realidad de los locales, quienes otorgan diferentes significados a los lugares y al paisaje. Sin embargo, los autores plantearon una reflexión sobre en qué medida estos estudios realizados en comunidades tradicionales,

desde la perspectiva de la arqueología, pueden mitigar los impactos causados en la memoria y percepción del paisaje de estas poblaciones.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio cultural; Comunidad tradicional; Río Madeira.

Introdução

Por muito tempo, a dimensão de paisagem estava ligada apenas a termos físicos do ambiente, ainda que Sauer (1969) já tenha reiterado que a paisagem leva em conta a historicidade dos ambientes antrópicos e deve ser vista como um ambiente cultural, erigido ao longo do tempo como uma integração de formas físicas e culturais, entendido, dessa maneira, com suas características orgânicas. Santos (1988), inclusive, observa que a paisagem é construída culturalmente, e as relações das comunidades tradicionais com a paisagem são profundas e complexas. Essa dinâmica relaciona a própria paisagem como um bem local, um meio onde as relações patrimoniais se estabelecem.

A gênese das definições de *patrimônio*, instituído principalmente pelo pensamento positivista, foi o definidor do que deveria ser preservado, e ainda o é até a atualidade. De acordo com Schaan (2006), as escolhas do que deve ser considerado patrimônio cultural são uma decisão política, e muitas vezes são tomadas para privilegiar determinados grupos hegemônicos e setores específicos desses grupos.

Atualmente, a legislação nacional apresenta um conceito mais atualizado sobre o entendimento da proteção do patrimônio cultural, o qual deixa de ser uma mera proteção do artefato físico e passa a ser a proteção da memória da qual esses objetos são representativos.

A perspectiva dada por Bastos (2011) indica que o direito ao patrimônio cultural é parte dos direitos humanos e que a negação da cultura é caracterizada como uma política de apagamento da memória. Conforme o autor, o patrimônio estaria ligado a segmentos sociais, pois, mais do que um testemunho do passado, é um retrato do presente, uma expressão das possibilidades políticas dos diversos segmentos sociais, indicados em grande parte pela herança cultural dos bens que materializam e documentam sua presença, sua marca no

fazer histórico da sociedade.

Nesse sentido, os estudos arqueológicos devem considerar não apenas os artefatos identificados e escavados nos sítios arqueológicos, mas os grupos sociais que jazem e circundam essas regiões há séculos e que agem e interagem cotidianamente.

É sabido que as áreas hoje ocupadas por comunidades tradicionais já foram ocupadas por indígenas no passado e muitas já são identificadas como sítios arqueológicos. Durante anos, os estudos arqueológicos nessas regiões não levaram em consideração a importância da presença dessas pessoas, bem como suas potencialidades na construção das pesquisas arqueológicas e nos processos socioculturais para um melhor entendimento do passado e do presente (Tamahara, 2021).

Nos últimos anos, várias discussões propiciaram avanços para aproximar os estudos arqueológicos das populações tradicionais assentadas em sítios arqueológicos, de modo que visa envolver as comunidades nas atividades de pesquisa, interpretação, preservação e gestão do patrimônio arqueológico. Diferentemente de outros acessos à memória, a história artefactual está em constante processo de descoberta, e o que hoje não se consegue interpretar talvez, em breve, seja entendido. Daí a importância do envolvimento das comunidades que habitam esses lugares para a preservação dos vestígios arqueológicos, dos quais fazem parte em seu meio.

O conhecimento sobre o patrimônio deve ser das comunidades, embora muitas não saibam que possuem esse direito. Essa ignorância é utilizada como uma maneira de manipular a memória local, ao tempo em que transforma as comunidades em reféns dos discursos oficiais. Daí decorre a importância da responsabilidade e do caráter social da arqueologia (Schaan, 2006).

Dentro da perspectiva de comunidades ribeirinhas, que pouca voz têm para se opor aos interesses econômicos da sociedade dominante, o conflito socioambiental se propaga, sobrepuja os interesses locais e

extermina a resistência. Brito et al. (2011, p. 56), quando discutem as dinâmicas que envolvem grupos atingidos por conflitos socioambientais, indicam que os “conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre os espaços que contêm estes recursos, isto é, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, portanto, os conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas”.

Little (2001) define três tipos de conflitos socioambientais: 1) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; 2) os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e 3) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

No campo da disputa aqui analisada, partimos da premissa do método histórico-analítico, tendo em vista alguns aspectos e reflexões oriundas das relações do patrimônio arqueológico com as comunidades tradicionais no Alto Rio Madeira, no caso sobre o sítio arqueológico Teotônio e o reassentamento da antiga vila denominada atualmente de Vila Nova Teotônio. Além disso, busca-se mobilizar as percepções dos autores a partir da análise de três projetos executados na localidade.

Os projetos analisados neste artigo são: 1) Programa de educação patrimonial – Caiari: Revendo o Passado, Cultivando o Futuro, da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio; 2) Projeto de extensão – *Arqueologia e Comunidades no rio Madeira, Porto Velho (RO)*; e 3) Projeto de extensão – exposição *Memórias do Rio, Paisagens do Madeira*. Vale ressaltar que o último projeto é um desdobramento do projeto Arqueologia e Comunidades no Rio Madeira.

Patrimônio arqueológico do Alto Rio Madeira

De acordo com Neves (2006), a Amazônia pode ser considerada um grande sítio arqueológico, devido à abundância de registros de pelo menos 14 mil anos atrás. Essa região foi ocupada por sucessivas e

numerosas populações indígenas extintas. Com isso, demonstra-se a intensidade e diversidade cultural dos povos indígenas do passado, ao mesmo tempo que se desconstrói a ideia de que a floresta Amazônia é intocada.

O pensamento eurocêntrico dominou, por muito tempo, o entendimento de que essa região seria um “inferno verde”, de difícil acesso e de estabelecimento empobrecido. Com isso, entende-se que não existe uma história da população amazônica sem a comunidade indígena.

Outras certezas do processo de ocupação antiga da Amazônia é a presença das Terras Pretas Arqueológicas (TPA) nos lugares de estabelecimento dessas comunidades. Essa alteração no solo o torna tão fértil que se tenta replicá-la a fim de repensar seu uso na produção agrícola. Estes são elementos importantes e marcantes da antiguidade da presença indígena na região.

Costa (2016) nota que somente nas décadas de 1970 e 1980 os arqueólogos percorreram a Amazônia e boa parte do território de Rondônia, de modo a sistematizar e classificar os materiais arqueológicos em sequências culturais por meio de fases e tradições, com o estabelecimento de cronologias culturais por meio do método de seriação do material arqueológico, levado a cabo pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (Pronabapa). De acordo com Kipnis e Santi (2022), as pesquisas do arqueólogo Eurico Miller na região demonstraram o alto potencial arqueológico e a grande riqueza e diversidade do patrimônio arqueológico do estado de Rondônia e principalmente do Alto Rio Madeira.

Na análise de Almeida (2013), os estudos arqueológicos no Alto Rio Madeira se iniciam na década de 1970, sendo retomados nos anos 2000 por uma série de outros pesquisadores, ápice dos estudos de impacto ambiental e arqueologia preventiva no âmbito da construção das usinas, que culminou em dois programas de salvamento do patrimônio arqueológico na região. Estudos arqueológicos como os de

Tizuka (2013) amplificaram a quantidade de ocorrências e registros arqueológicos na região, além de apresentarem mais de uma centena de sítios arqueológicos registrados no Alto Rio Madeira, com datas que recuam aproximadamente para 6 mil antes do presente. Estudos arqueológicos posteriores, como os de Watling et al. (2018), ampliam essa data para 9 mil anos antes do presente.

Vale ressaltar que grande parte dos sítios arqueológicos listados nos projetos de arqueologia preventiva tanto da UHE de Santo Antônio quanto da UHE de Jirau foram locais recorrentemente habitados por populações tradicionais, de pescadores, ribeirinhos e/ou indígenas. Conforme Lima e Moraes (2013), tal escolha não é feita ao acaso, mas pontuada por elementos de escolhas culturais de diferentes ordens, que se assemelham ou se repetem no decorrer do tempo. Nesse sentido, este artigo versa sobre a comunidade tradicional do Teotônio a partir da percepção, da representação e do simbolismo em relação à paisagem, que pode ser concebida como artefato ou cultura material dessa população.

Comunidade tradicional Teotônio

Na obra *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, de Capistrano de Abreu (1975), a Cachoeira do Teotônio ocupava um lugar de destaque no rio Madeira, uma vez que, para transpô-la, era necessário transportar cargas e embarcações por terra. De acordo com as informações da expedição de Francisco de Melo Palheta pelo alto Madeira, em 1722 e 1733, a Cachoeira do Teotônio foi registrada como “cachoeira dos Iaguerités”, provavelmente em alusão aos Jaguaretu (Silva, 1991, p. 56).

Ferreira (2007) afirma que a região, até meados do século XVIII, era uma vila portuguesa, que recebeu o nome de seu fundador, Teotônio da Silva Gusmão, e servia de entreposto comercial entre as capitânicas de Mato Grosso e Grão-Pará. Devido a inúmeros ataques do

povo Mura, o povoamento deixa de existir, e posteriormente houve sucessivas tentativas de refundação, a fim de atrair a ocupação por populações indígenas.

Com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré no final do século XIX, o vilarejo passou a ser habitado por pescadores (Hugo, 1959) e resistiu até o início do século XXI (Figura 1).

Figura 1 – Cachoeira do Teotônio, rio Madeira, 1908-1911, Bolívia-Brasil



Fonte: Abreu (1975).

A Cachoeira do Teotônio foi uma entre as dezenove corredeiras do rio Madeira impactada e afogada pelas usinas, e sua comunidade, como outras, foi realocada para um reassentamento denominado Vila Nova Teotônio. Localizada aproximadamente a 35 quilômetros do centro da cidade de Porto Velho, era conhecida pelo atrativo turístico no período da cheia e pela intensa atividade pesqueira do tipo artesanal.

De acordo com Sant'Anna et al. (2020), antes da construção da barragem da UHE Santo Antônio, a vila do Teotônio destacava-se pela pescaria altamente adaptada à captura dos bagres migradores na área do pedral e pela alta produtividade, conhecida como pesca em "burra" e "covi". Os peixes ficavam concentrados nos "remansos" ou "tombos" da cachoeira, onde se tornavam presas fáceis para os pescadores. Essa localidade era responsável por parte do abastecimento do mercado pesqueiro na região.

As "burra" eram edificadas em estruturas de madeira que variavam entre quinze e trinta metros de comprimento e entre dez e

quinze metros de altura. Eram construídas artesanalmente sobre as águas velozes da Cachoeira do Teotônio e possibilitavam a pesca dos grandes bagres na região (Figura 2).

Figura 2 – Exemplo de “burra” do rio Madeira



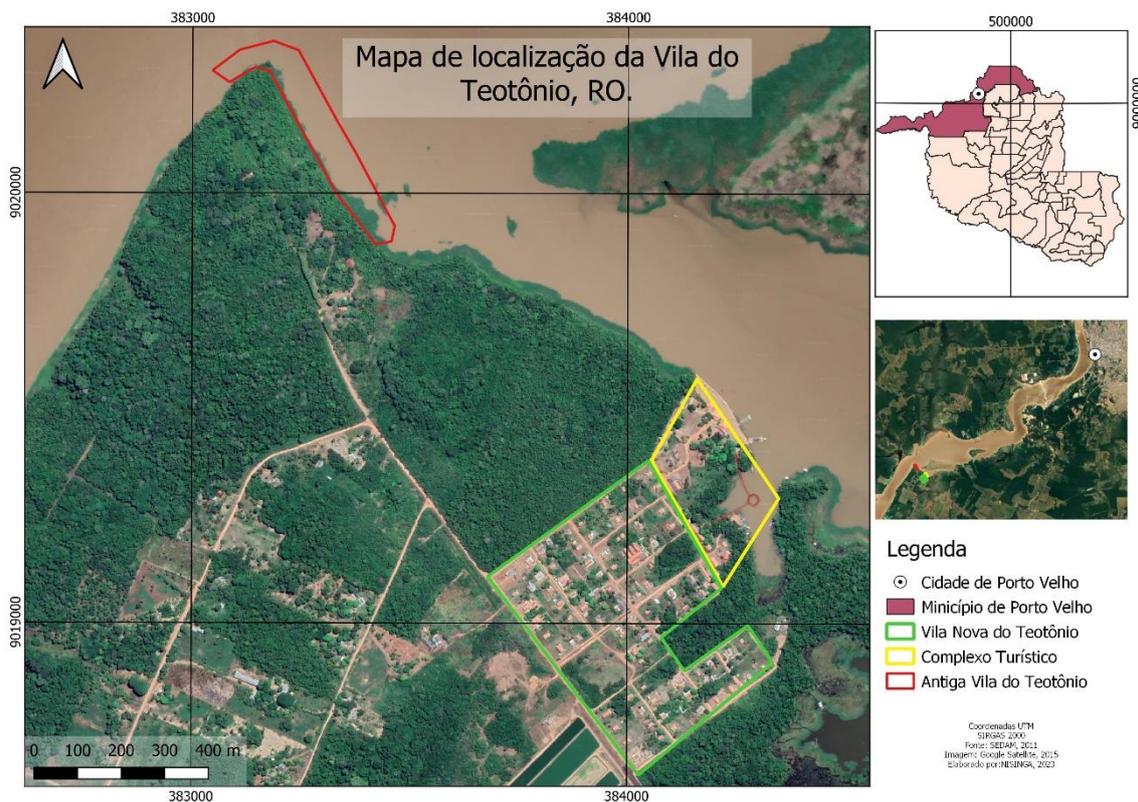
Fonte: Sant’Anna et al. (2015).

O “covi” era um instrumento adaptado de um antigo artefato de pesca, utilizado desde o período pré-colonial pelos povos originários da Amazônia nos meses da cheia; era de ferro e tinha diferentes tamanhos, que possibilitava a captura de uma variação de espécies de bagres. Nos meses de vazante do rio, a pesca de paredão era feita por tarrafas e malhadeiras nos pedrais, a partir de combinações entre os pescadores, que se revezavam nos meses de enchente e vazante, o que confirma a adaptação dos pescadores às variações de nível da água do rio Madeira e dos ambientes. Ambos (“burra” e “covi”) eram apetrechos característicos da localidade e correspondiam a instrumentos peculiares e típicos, existiam há décadas na comunidade, e somente os pescadores locais detinham o conhecimento e os saberes de fazer tais bens pesqueiros tão engenhosos (Sant’Anna et al., 2015).

Além disso, a pesca artesanal de pequena escala, juntamente com a produção de apetrechos pesqueiros (redes de pesca, tarrafas, varas de pescar e canoas), a agricultura de várzea e o turismo, tinha importância vital na comunidade, o que garantia o alimento e renda à população tradicional. O recebimento de turistas para o Festival de Pesca, que reunia pessoas de todo o mundo, recepcionados na Vila do Teotônio no período de estiagem, também garantia uma boa receita ao lugar, às vezes equivalente a um ano de pesca (Sant'Anna et al., 2020; Silva, 2016; Zuse & Santi, 2015).

Com a destruição da cachoeira, a população foi reassentada em uma nova vila, e de modo algum foram respeitadas suas memórias históricas, os aspectos culturais e tradicionais da comunidade (Figura 3). Apesar de ser uma das comunidades reassentadas mais próximas da localidade original (a apenas 750 metros de distância), a paisagem e todo o entorno mudaram, por terem características muito diferentes, marcadas pela ausência da cachoeira, pela mudança na dinâmica do rio e pela diminuição do turismo, o que acarretou uma alteração do modo de vida, mesmo que tenham sido criados subterfúgios para a manutenção de uma estrutura turística na nova vila.

Figura 3 – Mapa de localização da antiga e da nova Vila do Teotônio



Fonte: Elaborada pelo autor.

Casas de alvenaria e com água encanada (Figura 4), que são símbolos de progresso e indicadores de melhoria na qualidade de vida nos centros urbanos, são benefícios considerados não tão relevantes na região ribeirinha, a ponto de causarem impactos negativos na região, pois condicionam e enquadram essa mesma população em um modelo autoritário e capitalista.

Reflexões acerca do patrimônio cultural, paisagem e populações tradicionais sob uma perspectiva arqueológica

Figura 4 – Vista da comunidade Vila Nova Teotônio



Fonte: Sá (2010).

Durante a implantação da UHE Santo Antônio, vários estudos foram realizados na área de influência, a fim de minimizar os impactos do empreendimento, principalmente em relação ao patrimônio cultural, conforme é relatado no compêndio organizado por Nascimento e Gomes (2022), sendo ressaltadas as ações de educação patrimonial realizadas na comunidade do Teotônio.

Ações de educação patrimonial na comunidade Teotônio

Em Rondônia, como em toda a Amazônia, os sítios arqueológicos estão nos territórios de comunidades ribeirinhas e quilombolas, que se estabeleceram pelos mesmos motivos das comunidades pretéritas (Lima & Moraes, 2013).

Essas relações dialógicas promovem a reflexão acerca dos conhecimentos, práticas, interpretações e memórias locais, sobre as

mudanças da paisagem no espaço e na vida dos moradores, bem como uma percepção subjetiva dos artefatos arqueológicos, além de promover a preservação do patrimônio arqueológico e da memória das comunidades (Parente, 2021).

De acordo com Zuse e Santi (2015), quando um arqueólogo tem essa sensibilidade em relação à comunidade e traz elementos dessa história mais antiga, contada a partir dos estudos arqueológicos, essas narrativas atravessam a história dos moradores, que dão diferentes significados aos lugares e aspectos da paisagem e trazem elementos importantes dos seus patrimônios culturais e narrativas.

As ações de educação patrimonial voltadas ao público, que compreendem a divulgação e a valorização do patrimônio cultural e a formação cultural, são preconizadas em diversos documentos internacionais e são também indicadas na legislação brasileira, na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) (artigo 23, incisos III, IV e V); Resolução Conama nº 1/1996; Portaria SPHAN nº 7/1998; Portaria IPHAN nº 230/2002 e Portaria Interministerial nº 4192011.

Por isso, em 2008, foi instituído o Programa de Educação Patrimonial, associado ao Programa Prospecção e Resgate Arqueológico, na área de intervenção da UHE Santo Antônio. Ambos foram executados pela empresa Scientia Consultoria Científica Ltda. Dentro do programa de educação patrimonial, o projeto "Caiari: revendo o passado, cultivando o futuro" foi o responsável por todas as ações educativas voltadas à valorização do patrimônio cultural e arqueológico da região, e teve seu início em 2009 e finalizado em 2012 (Silva & Malerbi, 2022).

Esse projeto teve o objetivo de promover o conhecimento do patrimônio arqueológico nas áreas atingidas pela construção da UHE Santo Antônio. Entre tantos lugares, a comunidade do Teotônio foi alvo deste estudo, por meio de ações voltadas ao público escolar (alunos e professores), entrevistas, merenda e atividades de resgate com participação dos moradores da comunidade.

Vale ressaltar que essas atividades registraram os impactos causados desde o início até o afogamento da cachoeira. Dentre elas, pode-se frisar as ações realizadas nas escolas por meio de oficinas didáticas com os professores e os alunos.

De acordo com Nascimento (2016b), as oficinas foram desenvolvidas em cinco partes: no primeiro módulo, houve a capacitação dos professores sobre o patrimônio arqueológico e a inserção nos livros didáticos; no segundo, a equipe trabalhou com os alunos a história da região, com ênfase na paisagem e no legado indígena e ribeirinho, bem como sua importância na formação sociocultural da comunidade.

Na terceira etapa, os professores montaram um plano de aula e aplicaram com os alunos, sem a participação da equipe técnica, a temática da arqueologia, propondo aos estudantes a elaboração de textos. Na quarta parte, a equipe voltou à escola com uma exposição de artefatos arqueológicos coletados na localidade, e os professores fizeram, em algumas turmas, varais de leitura com textos e desenhos elaborados pelas crianças. A visitação à exposição foi bem interessante, pois ensejou a problematização do tema por meio de partilhas e trocas de experiências. Por fim, a escola foi convidada a realizar uma visita ao laboratório, onde o material era levado após a coleta e analisado pelos arqueólogos (Nascimento, 2016b).

Os textos e desenhos (mapas mentais) foram entregues à equipe, que, na ocasião, considerou os efeitos positivos no processo de construção de saberes, a partir das ações de educação patrimonial com as crianças e os professores, que expressaram aspectos de pertencimento aos lugares de memórias. Todo esse processo foi realizado já no reassentamento, porém, ainda era bastante recente o deslocamento para a vila nova.

No ano de 2015, a Universidade Federal de Rondônia (Unir), por meio do Departamento de Arqueologia, iniciou o projeto de extensão *Arqueologia e comunidades do rio Madeira*, coordenado pela profa. dra.

Silvana Zuse e pela profa. dra. Juliana Santi. O objetivo foi desenvolver ações e atividades científicas, educativas e comunitárias — inspiradas nos princípios teóricos e metodológicos da arqueologia pública. Contou com a realização de reuniões com a comunidade Vila Nova do Teotônio, com a finalidade de fazer um levantamento das suas expectativas, demandas e interesse de participação nas atividades e ações científicas, educativas e comunitárias. Foram elaborados cursos, oficinas e palestras para a comunidade e a escola sobre temáticas arqueológicas e interlocuções dialógicas com alguns dos moradores dos sítios arqueológicos.

Ao final de 2016 foi realizado o projeto de extensão que culminou em uma exposição museológica *Memórias do Rio, Paisagens no Madeira*, que ocorreu no Museu da Memória Rondoniense (Mero) e teve o objetivo de divulgar os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas nas comunidades ribeirinhas do rio Madeira, com destaque para a Vila do Teotônio. Tal atividade se constituiu em uma ação colaborativa dos pesquisadores e moradores das comunidades, com destaque para as mudanças ocorridas na paisagem, ocasionadas pelas diferentes ocupações indígenas, pela fundação de vilas antigas e reassentamentos em função do alagamento causado pela construção da UHE Santo Antônio.

Ao trazer elementos da história mais antiga, contada a partir dos estudos arqueológicos, e da história dos moradores locais, a exposição conferiu diferentes significados aos lugares e aspectos da paisagem e aos elementos importantes dos seus patrimônios culturais. Ela pretendeu gerar a reflexão sobre os conhecimentos, práticas, interpretações e memórias locais, sobre as mudanças no rio, no espaço e na vida desses moradores, de modo que buscou promover a preservação e gestão do patrimônio arqueológico e da memória das comunidades (Zuse & Barros, 2016).

De acordo com Nascimento (2016a), essas comunidades ribeirinhas têm um grande desafio ao permanecerem em seus espaços

naturais mesmo com tantas transformações recentes, não apenas da paisagem, mas dos modos de vida, decorrentes da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, que geram o risco de extermínio do bem-viver e do simbólico no qual essas comunidades viviam.

Nesse sentido, a exposição *Memórias do Rio, Paisagens no Madeira* visou construir e discutir uma pauta urgente com toda a sociedade de Porto Velho sobre as memórias do rio Madeira e suas paisagens. A exposição apresentava um espaço dedicado ao ribeirinho e, conforme Barros (2016), esse lugar teve o objetivo de representar a vida ribeirinha, antes da construção das barragens no rio Madeira (Figura 5).

Inspirada na Vila do Teotônio e fundamentada no resgate da memória e na recriação de saberes e fazeres dessa comunidade, o intuito foi representar o cotidiano da vila de pescadores, compartilhando as experiências, as memórias e as narrativas de quem vivenciou um cotidiano perdido após a instalação das barragens e esquecido pelo poder público. A Vila do Teotônio mantinha uma forte relação com o rio e a cachoeira, onde existia uma grande diversidade de espécies de peixes, sendo a pesca uma atividade tradicional. Compartilhar essas memórias é uma forma de manter viva a tradição da cultura ribeirinha... A estrutura de madeira que ficava sobre o rio, conhecida por Burra, era utilizada para a pescaria. Segundo relato de um dos moradores da comunidade do Teotônio, a burra é assim chamada, em referência ao peso que o animal suporta. Cada burra comportava até seis pescadores, além da correnteza da água e os grandes peixes pescados em cima dessa estrutura. A pesca era realizada em forma de rodízio, organizado pelos próprios pescadores, cada turno de pesca durava aproximadamente doze horas. Os pescadores utilizavam equipamentos como a tarrafa, covi, espinhel, zagaia, malhadeira, linhada. Hoje são objetos que não são vistos na Vila, por não serem mais adequados à pesca no lago (Barros, 2016, p. 5).

Figura 5 – Fotografia da exposição *Memórias do Rio, Paisagens do Madeira*, em destaque a “burra” e a casa ribeirinha



Fonte: Acervo fotográfico de Marcela Bonfim, 2016.

Em outra parte dessa exposição, ambientada e intitulada como *paisagens Afogadas, Territórios Emergidos*, foram apresentados inúmeros relatos dos residentes da antiga Vila do Teotônio. Seguem trechos dos relatos (os entrevistados são identificados como pseudônimos, a fim de preservar as identidades dos moradores).

Lá embaixo era muito mais melhor, né?! Um pouco, né?! Porque lá era outra vida, né?! Porque aqui mudou muito, com essa represa mudou muito... A vida ficou muito difícil pra nós aqui, a renda é muito pouca, o preço aumentou, o mosquito, a mutuca, e afinal de conta tudo acabou, a pescaria, o peixe acabou, né?!, peixe que têm, para pegar ali, para ganhar um dinheirinho, é no pé da usina, pescador tem que roubar... porque a polícia tá lá. Uma hora, um momento eles pega o pescador lá e prende tudo. Prende os material, prende os cara, o cara que fica com a cabeça lá em baixo... enquanto lá embaixo era muito diferente, lá embaixo tinha fiscalização, era uma fiscalização boa, muito diferente. Antes destas usinas nós tinha direito de pescar, ganhar nosso dinheirinho. E hoje pescador aqui se considera um cara morto [Seu Zé da Burra].

Então era muito diferente, era muita fartura pra hoje, ó a situação que tá aqui nessa vila. Hoje tá difícil, hoje ficou difícil, pra nós aqui depois dessas usina... tenho minha casa, eu fiz uma área e não posso

ficar na minha área té oito hora, nove hora da noite, por que a carapanã bota eu pra dentro... Onde essas usinas alagou aqui, essa região todinha aqui, todo canto... pra mim isso não tá bom não... bom era antigamente, tu chegava, tua família, os meninos brincando assim, não tinha carapanã, não tinha nada [Raimundo Farinha].

Hoje pescador é ladrão de peixe, com essas usinas, hoje peixe aqui só existe no lápis [Chica Maria].

Agora vem com essa história de área de preservação. Ribeirinho não pode mais morar perto do rio. Isso nunca existiu. Ribeirinho plantava na beira, plantava feijão, melancia, milho, dava de tudo. Mas alagou, não tem mais como plantar. Essa terra aqui não dá nada. Essa história de área de preservação é coisa inventada agora, pelas usinas [Dona Tereza].

A partir desses relatos, observa-se que a identidade é construída no passado e no presente por meio das experiências individuais e coletivas. Sempre emergem contradições e ressignificações de paisagens e territórios, afloram as perspectivas do futuro e chama-se a atenção para os papéis desempenhados pelos cidadãos, pelas esferas do poder público e pela administração da usina.

Paisagens afogadas

De acordo com Silva (2016), as barragens construídas no rio Madeira expressam sua apropriação, que antes era o território das comunidades ribeirinhas, que faziam uso dos recursos naturais nele disponíveis. Todavia, a partir da inserção das hidrelétricas, o rio passa a ser território do capital nacional, que, ao apropriar-se da área, delimita sua influência por meio do canteiro de obras e do reservatório, o que resulta no isolamento e no cerceamento da atuação de outros atores nesse mesmo território, neste caso os ribeirinhos.

A Nova Vila do Teotônio foi construída não apenas com a intenção de servir de moradia para aquelas pessoas desapropriadas de seus lares, de suas memórias afetivas e ricas de significados, as quais davam sentido à sua própria existência, mas também para servir à

lógica do capital, como um complexo turístico que não responde às necessidades daqueles que antes frequentavam a antiga vila.

Segundo o consórcio construtor, o complexo é destinado a hospedar turistas que buscam entretenimento em um ambiente fabricado, onde a praia é artificial, a pesca é proibida e uma paisagem é totalmente alterada por conta da supressão vegetal e da criação do reservatório, de modo totalmente antagônico à vivência da comunidade em tempos de outrora.

Antes da implantação das hidrelétricas, a comunidade da Cachoeira do Teotônio tinha 66 famílias, sendo 42 na Vila Teotônio, que correspondia à margem direita da cachoeira, e 24 na Vila Amazonas, situada na margem esquerda (Sant'Anna et al., 2020).

Iniciada sua ocupação em 2011, a nova vila até hoje nunca serviu à finalidade para a qual foi criada, e conta com pouco mais de dez famílias oriundas da antiga vila, sem renda, sem senso de pertencimento, sem espaço, lugar e vínculo afetivo.

Aqueles que conseguem falar sobre suas dores afirmam que os mais velhos morreram e os mais jovens foram embora para a cidade. Em compensação, para aqueles que ficaram, o consórcio da UHE Santo Antônio paga um auxílio financeiro com prazo predeterminado para acabar. Nesse sentido, Silva (2016) constatou que existe uma ineficiência das medidas de compensação realizadas, com o início do esvaziamento do reassentamento, cujo principal motivo é a dificuldade no restabelecimento das atividades econômicas. A Figura 6 é muito reveladora, visto que apresenta a mudança de paisagem e os impactos ocasionados aos moradores em função do empreendimento hidrelétrico.

Figura 6 – Imagem de satélite anterior e posterior ao afogamento da Cachoeira do Teotônio



Fonte: Elaborada pelo autor.

Com relação aos aspectos materiais, imateriais e subjetivos ocorridos em comunidades atingidas por barragens, sobretudo aquelas relacionadas a empreendimentos hidrelétricos, Stolerman et al. (2014, p. 383) refletem que

a ruptura com o território material e simbólico provoca uma série de perdas, igualmente materiais e simbólicas, que não são remediadas pelo atendimento das necessidades de subsistência, pois a perda simbólica faz com que o indivíduo que está passando por esse incômodo se entregue à depressão, cujo sintoma de doença não o encoraja agir e reagir no novo território (2014, p. 383).

Nesse sentido, pode ser muito bem aplicado o termo etnocídio, que, de acordo com Clastres (2004), aponta não para a destruição física dos homens, mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição e matam o espírito.

Assim sendo, no etnocídio o outro pode ser melhorado, ou seja, obrigado a ser transformado até que se torne, se possível, idêntico ao

modelo que lhe é proposto, que lhe é imposto. Foi isso o que aconteceu com a comunidade da antiga Vila do Teotônio, com a destruição de sua cultura e com a modificação, a ponto de não ser mais reconhecida por si própria. Essa violência é tão profunda que torna o reconhecimento enquanto comunidade um ato doloroso e a ser recusado de qualquer forma.

Na perspectiva da ocupação do espaço, Farias e Malato (2022) indicam que o território em disputa perpassa por diversas esferas de significância, de modo que altera drasticamente a relação que anteriormente estava equilibrada. No campo da disputa, na maior parte das vezes é a comunidade local que recebe o impacto, pois os âmbitos de decisão já foram tomados e resta agora apenas as ações mitigatórias.

As ações mitigatórias vêm para essas comunidades, na maior parte das vezes, como compensação financeira, “melhoria do bem-estar” e desenvolvimento de programas socioambientais que amenizem os impactos causados e que visem solucionar os conflitos gerados. Nesse sentido, ações de educação patrimonial são quase sempre obrigatórias. Mas infelizmente não torna menos penosos os danos causados à memória e à percepção de paisagem dos moradores, como bem se pode observar nos relatos aqui descritos.

Considerações finais

Lira e Chaves (2016) detalham que a construção da identidade amazônica é estabelecida por meio de um mosaico de ocupações, relações, miscigenações e opressões, gerando a conformação atual. Nesse percurso, separa-se o que conhecemos entre as comunidades locais e a sociedade de modo geral. Isto é, as comunidades ribeirinhas estão ligadas pelas relações de contato intenso e de divisão íntima do espaço, e seus agentes formadores (os moradores de tais comunidades) estão configurados por remanescentes indígenas,

quilombolas e moradores atuais, que comungam de um mesmo espaço delimitado e de interações sociais em comum.

Santos (1988) indica que a construção do espaço e da paisagem está vinculada às perspectivas locais. A paisagem, desse modo, é consumida como uma parte importante das relações de lugar pertencente, de rede de significância e de subsistência. Com isso, toda uma adaptação tecnológica (por exemplo, as formas únicas de pesca, como na Comunidade do Teotônio) foi pensada para aquele local, e que agora, com o incremento de um empreendimento, deixa de existir.

Uma comunidade ribeirinha não se consubstancia somente pelas pessoas que a compõe; também é definida por paisagem, costumes e saberes que a moldaram. No caso da comunidade da região da Cachoeira do Teotônio, o afogamento da cachoeira incidiu na destruição tanto da paisagem quanto dos modos de saber-fazer e dos próprios valores existenciais ligados à paisagem agora inexistente. A Nova Vila perde o vínculo com o lugar anteriormente habitado, de modo que não existe mais a relação topofílica, como indicado por Tuan (2012).

A priori, as atividades de educação patrimonial devem ser capazes de conectar com a realidade das comunidades atingidas. Para tanto, é necessária a proposição de uma interlocução entre a comunidade local e as relações patrimoniais a serem preservadas. E já se discute a importância da memória e da paisagem como elementos balizadores para o reconhecimento e a preservação de um patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial.

Entende-se que a relação da paisagem é captada pelo âmbito das percepções humanas, e encontra-se relacionada com as características físicas que envolvem a percepção de um determinado ambiente único para cada comunidade.

Nas análises aqui apresentadas, a comunidade estava profundamente ligada ao caráter de consumo da paisagem. A paisagem era a relação entre o existir da comunidade, era a recreação,

o sustento, o meio de relação entre as pessoas. A comunidade acaba por experimentar a retirada involuntária de seu lugar conhecido, no caso o apagamento da paisagem, de maneira que isso contribuiu para gerar uma espécie de luto por uma extração forçada de seu lugar de afeto. Consequentemente, mesmo que a distância de deslocamento da comunidade tenha sido pequena, a paisagem foi profundamente modificada, a mudança foi igualmente disruptiva, independentemente das atividades educativas e da estrutura urbana ofertada para a comunidade.

Referências

1. Abreu, J. C. (1975). A bandeira de Francisco Melo Palheta ao Madeira. In Abreu, J. C. (Org.), *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (pp. 113-130). Civilização Brasileira.
2. Almeida, F. O. (2013). *A tradição polícroma no Alto Rio Madeira* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório institucional da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17072013-140140/pt-br.php>
3. Barros, E. (2016). *Memórias do rio, paisagens da madeira* [Texto expográfico]. Museu da Memória Rondoniense, Porto Velho, RO, Brasil.
4. Bastos, R. L. (2011). Registro arqueológico como instrumento de memória social. *Revista de Arqueologia Pública*, 4(1), 52-60. <https://doi.org/10.20396/rap.v4i1.8635793>
5. Brasil. (2008). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal.
6. Brito, D. M. C., Bastos, C. M. C. B., Farias, R. T. S., Brito, D. C., & Dias, A. C. (2011). Conflitos socioambientais no século XXI. *PRACS*, 4, 51-58. <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/371/n4Dagui nete.pdf>
7. Clastres, P. (2004). Do etnocídio. In Clastres, P., *Arqueologia da violência*. Cosac Naify.
8. Costa, A. F. (2016). *A multifuncionalidade da cerâmica no sítio Ilha Dionísio, Alto Rio Madeira* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
9. Farias, A. L. A., & Malato, A. P. (2022). Conflitos socioambientais de grandes projetos urbanos: Disputas desiguais no território metropolitano de Belém-PA. *Revista Universidade e Meio Ambiente*, 7(1), 32-51. <http://dx.doi.org/10.18542/reumam.v7i1.12990>

10. Ferreira, A. R. (2007). *Viagem ao Brasil: A expedição philosophica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Kapa.
11. Hugo, V. (1959). *Desbravadores*. Missão Salesiana.
12. Kipnis, R., & Santi, J. (2022). A história das sociedades do passado no Alto Rio Madeira, Porto Velho, Rondônia, contada pela arqueologia no projeto UHE Santo Antônio. In Nascimento, E. R. & N. Gomes (Orgs.), *Educação patrimonial: Caiari revendo o passado, cultivando o futuro* (pp. 17-36). Temática.
13. Lima, H. P., & Moraes, B. (2013). Arqueologia e comunidades tradicionais na Amazônia. *Ciência e Cultura*, 65(2), 39-42. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000200015>
14. Lira, T. M., & Chaves, M. P. S. R. (2016). Comunidades ribeirinhas na Amazônia: Organização sociocultural e política. *Interações*, 17(1), 66-76. <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>
15. Little, P. E. (2001). Os conflitos socioambientais: Um campo de estudo e de ação política. In Bursztyn, M. (Org.), *A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais* (pp. 107-122). Garamond.
16. Nascimento, E. R. (2016a, 10 de novembro). "Memórias do Rio" no Palácio da Memória. *Diário da Amazônia*. <https://www.diariodaamazonia.com.br/memorias-do-rio-no-palacio-da-memoria/>
17. Nascimento, E. R. (2016b). Patrimônio cultural: Uma colaboração para a cidadania de um povo. *Revista Arte da Cena*, 2(2), 98-104. <https://doi.org/10.5216/ac.v2i2.43679>
18. Nascimento, E. R., & Gomes, N. (Orgs.). (2022). *Educação patrimonial: Caiari revendo o passado, cultivando o futuro*. Temática.
19. Neves, E. G. (2006). *Arqueologia da Amazônia*. Jorge Zahar.
20. Parente, M. T. V. (2021). Educação patrimonial nos caminhos do Lago Amanã. In Silva, M. A., E. K. Tamanaha & M. N. Lima (Orgs.), *Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: Da terra para lousa* (pp. 16-18). Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.
21. *Portaria interministerial nº 419, de 26 de dezembro de 2011*. (2011, dezembro 26). Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/portaria-419-11.pdf>
22. *Portaria nº 7, de 1º de dezembro de 1998*. (1988, dezembro 1). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf
23. *Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002*. (2002, dezembro 17). Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf

24. *Resolução Conama nº 1, de 27 de março de 1996*. (1996, março 27). Conselho Nacional do Meio Ambiente.
<https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-270396.PDF>
25. Sá, J. C. (2010, novembro 12). Vila Nova de Teotônio já está pronta para receber moradores. *Gente de opinião*.
<https://www.gentedeopinioao.com.br/energia-e-meio-ambiente-internacional/vila-nova-de-teotonio-ja-esta-pronta-para-receber-moradores>
26. Sant'Anna, I. R. A., Rubens, E., Pinto, D. M., & Doria, C. R. C. (2015). As pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio, Rio Madeira, Porto Velho, RO. In Doria, C. R & M. A. Lima (Orgs.), *Rio madeira: Seus peixes e sua pesca* (pp. 67-98). Edufro.
27. Sant'Anna, I. R. A. Rubens, E., Pinto, D. M., & Doria. (2020). Pescarias tradicionais da Cachoeira do Teotônio submersas pelas usinas em Rondônia. *Canoa do Tempo*, 12(2), 229-248.
<https://doi.org/10.38047/rct.v12.n02.2020.d10.p.229.248>
28. Santos, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec.
29. Sauer, C. (1969). The morphology of landscape (1925). In Leighly, J. (Ed.), *Land and life: A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer* (pp. 315-350). University of California Press.
30. Schaan, D. (2006). Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: O caso da Cultura Marajoara. *Revista de Arqueologia Pública*, 1, 19-30. <http://dx.doi.org/10.20396/rap.v1i1.8635819>
31. Silva, A. G. (1991). *Amazônia Porto Velho*. Palmares.
32. Silva, A. S., & Malerbi, E. (2022). Educação patrimonial: Caiari revendo o passado, cultivando o futuro. In Nascimento, E. R., & N. Gomes, Ney (Orgs.), *Educação patrimonial: Caiari revendo o passado, cultivando o futuro* (pp. 59-88). Temática.
33. Silva, G. V. L. (2016). *Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira Rondônia e a (des)territorialização da comunidade de Teotônio: é possível uma (re)territorialização?* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Rondônia]. Repositório do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_ed28d6b52475a230cc651e2e8fc29fa9
34. Stolerman, P., Castro, S., Silva, A. A., & Floriani, N. (2014). A implantação da usina hidrelétrica de Jirau no rio Madeira e os processos de desterritorialização em Rondônia. *Terr@ Plural*, 8, 371-387.
35. Tamahara, E. K. (2021). Arqueologia amazônica. In Silva, M. A. S., Tamanaha, E. K., & Lima, M. N. (Orgs.), *Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: Da terra para lousa* (pp. 19-20). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
36. Tizuka, M. M. (2013). *Geoarqueologia e paleohidrologia da planície aluvial holocênica do Alto Rio Madeira entre Porto Velho e Abunã-RO* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de

- Mesquita Filho”]. Repositório institucional da Unesp.
<https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/92805>
37. Tuan, Y.-F. (2021). *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Eduel.
 38. Watling, J., Shock, M. P., Mongeló, G. Z, Almeida, F. O., Kater, T., Oliveira, P. E., & Neves, E, G. (2018). Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. *Plos One*, 13(7), 1-28.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0199868>
 39. Zuse, S., & Barros, E. (2016). *Memórias do Rio, Paisagens do Madeira* [Projeto expográfico]. Universidade Federal de Rondônia.
 40. Zuse, S., & Santi, J. (2015). *Projeto de extensão arqueologia e comunidades no rio Madeira, Porto Velho/RO*. Universidade Federal de Rondônia.